



GÊNERO E EDUCAÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Lucia Aulete Burigo De Sousa
Universidade Planalto Catarinense
luciabsousa@hotmail.com

Mareli Eliane Graupe
Universidade Planalto Catarinense
mareligraupe@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas foram sancionadas novas leis e diretrizes que abarcam a temática de gênero e educação. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância da pesquisa no campo dos estudos de gênero, no intuito de colaborar na construção do conhecimento sobre como têm sido realizados os debates em torno das desigualdades entre homens e mulheres e, sobre a contribuição de ações governamentais na implantação das políticas de gênero na área educacional brasileira.

Busca-se analisar as políticas públicas de gênero no campo da educação nas últimas décadas, porque houve redirecionamento em relação às tendências educacionais,

com trajetória de diferentes paradigmas científicos que afastam a diversidade cultural de nosso cotidiano.

Bucci (2002, p. 94) define política pública “[...] como um conjunto de ações ou normas de iniciativas governamentais, visando à concretização de direitos”. Diante disso, consideramos a política pública como mecanismo que deve buscar a efetivação de direitos e reduzir as desigualdades sociais, contribuindo na construção de relações igualitárias para tod@s¹.

Segundo Vianna & Unbehaum (2004, p. 5), as políticas públicas, na perspectiva de análise da legislação, fundamentam as principais políticas educacionais no Brasil, “[...] tomando a normatização neles prevista como expressão não só da permanência de costumes e formas de controle de um determinado momento histórico, mas também no propósito que procuram dar novos significados à prática social”.

No ano de 1997, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais que contemplam a temática de gênero nos seus temas transversais. No volume 10.5 dos Temas Transversais dos PCN, “Orientação Sexual”, argumenta-se sobre a urgência da inclusão do tema da sexualidade e gênero nos currículos. Diante disso, a abordagem dos PCN (BRASIL, 1997, p. 4) vem propiciar aos profissionais de educação “[...] metas de qualidade que ajudam o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”. Nesse sentido, através de auxílios teórico-metodológicos, esse documento apresenta temáticas sociais com o objetivo de incluir a equidade de gênero nos currículos escolares.

O mesmo acontece no Plano Nacional de Educação de 2011 a 2020, ainda não foi aprovado e efetivado pelos poderes públicos. O plano indica a:

Construção de uma nova ética [...] de modo a incluir, efetivamente os grupos historicamente excluídos: entre outros, negros, quilombolas, pessoas com deficiências, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) (BRASIL, 2011, p. 56).

Este documento contribuirá para a consolidação das políticas públicas e na inclusão dessas no Projeto Político Pedagógico das escolas, buscando-se construção da

¹ Usa-se o @ para contemplar linguisticamente o masculino e o feminino.

autonomia, da qualidade social, da gestão democrática e participativa e da discussão da diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Vianna e Unberhaum, ao analisarem as propostas dos PCN, defendem que:

A intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos de 1990. Na prática escolar e na formação docente o panorama não é diferente: nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docentes (VIANNA e UNBERHAUM, 2004, p. 78).

Nesse sentido, na escola, ainda se trabalha a relação de gênero como tabu, enfatizando somente a questão da sexualidade sob a perspectiva da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Os professor@s, por meio das formações continuadas, precisam conhecer e desenvolver atividades com o auxílio de documentos e das políticas públicas que dão suporte à temática em questão, a exemplo da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, do Plano Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

As políticas em âmbito nacional não só direcionam para a igualdade de direitos, mas também nos resultados alcançados, assim despertando para a necessidade das políticas não ficarem exclusivamente no papel, mas na prática diária e promovendo o que tanto se espera na questão da equidade de gênero, fato que ainda não prevalece em nossa cultura e sociedade.

Neste contexto, faz-se importante entender o que significa gênero. Gênero não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas às relações socialmente construídas entre feminino e masculino e nas quais estão imbricadas as relações de poder reveladoras dos conflitos e das contradições que marcam a sociedade.

Para Louro (1996, p. 9), “[...] gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito feminino ou masculino”. Essa distinção de sexo e gênero é útil no contexto de luta contra as interpretações biologistas que buscam explicar e justificar as desigualdades entre homens e mulheres através das diferenças dos sexos.

Segundo Butler (1999, p. 153),

[...] o gênero deve ser considerado como performativo, por não ser uma afirmação ou uma negação, mas sim uma construção que ocorre através da repetição de atos correspondentes às normas sociais e culturais. Sendo assim, um gênero é um modo de subjetivação dos sujeitos, pois, "o eu" nem precede nem se segue ao processo de atribuição de gênero, mas surge, apenas, no interior e como matriz das próprias relações de gênero". A partir de identidades construídas em contraposição entre elas, surge o favorecimento das desigualdades constituídas socialmente, criando oposição ao do sexo que não é o seu.

Considera-se importante a discussão da temática de gênero no campo educacional, pois a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as constitui e reconstitui, quando proporciona o entendimento de que a proposta da escola objetiva e explícita a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais.

Nessa perspectiva, são diversas as inquietudes no campo educacional, especialmente no que se refere às relações de gênero, pois as mudanças revelam ampliações e contradições entre a defesa dos direitos e a ótica da limitação do Estado nas políticas sociais, tendo a educação como importante dimensão da construção da cidadania.

Para tanto, é necessário perceber o espaço escolar como um ambiente de conhecimento e político, de conquistas de direitos que envolvam uma educação equitativa para tod@s.

[a]s instituições escolares são lugares de luta, e a pedagogia pode e em que ser uma forma de luta político-cultural. As escolas como instituições de socialização têm como missão expandir as capacidades humanas, favorecer análises e processos de reflexão em comum da realidade, desenvolver nas alunas e alunos os procedimentos e destrezas imprescindíveis para sua atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade (SANTOMÉ, 1995, p. 175).

Os estudos sobre gênero no contexto escolar nos possibilitam refletir as necessidades e potencialidades de uma educação que considere as diferenças como raça, cor e sexo. Contudo, é fundamental circundar noções sobre gênero para possibilitar o desenvolvimento da equidade de sexo e reflexões que contribuam no entendimento e no debate sobre o tema, possibilitando a construção de um espaço igualitário. Daí a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e

problematizadora, questionando as relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996; 2000; 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise das políticas públicas educacionais no campo dos estudos de gênero nas últimas décadas nos indica por um lado que ocorreram avanços significativos na perspectiva da inclusão da temática de gênero nas legislações e diretrizes nacionais. De outro lado, constata-se que as três escolas pesquisadas praticamente não incluíram formalmente a temática de gênero no seu PPP e Plano Anual. Sabendo que essa temática está presente no currículo oculto da escola, pois @s professor@s e estudantes levam para as salas de aulas suas representações, ideias e concepções sobre o que é ser homem, mulher e quais são os comportamentos esperados de cada sexo etc.

Nesse contexto, objetiva-se que a temática de gênero e outras categorias relacionadas (classe, sexualidade, etnia/raça, religião, orientação sexual etc.) sejam trabalhadas no cotidiano escolar de acordo com a perspectiva da equidade de gênero, na promoção de uma educação que reconheça a existência das diferenças entre os sexos e faça dessa diferença uma barreira para o desenvolvimento individual de cada sujeitos social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: ética. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. In: **Saraivajur** 20/09/2002. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/politicas_publicas_e_direito_administrativo.pdf>. Acesso: 22 mar. 2014.

BUTLER, J. El marxismo y lo merament cultural. *New Left Review*, 1999. In: PATRÍCIO, Daniela Silva. **Educação e gênero**: uma discussão para além da inclusão igualitária.

Disponível em: <www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/cc06.pdf>.

Acesso: 21 jan. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito gênero. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. **Gênero e Saúde**. Artes Médicas. Porto Alegre, 1996.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100005>. Acesso: 15 nov. 2013.